

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às 13:30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, **com o objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de fevereiro/2019, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em fevereiro/2019, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência fevereiro/2019, descontadas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 13 de março de 2019), relatar novamente sobre aprovação de Lei nº 1.112 de 21 de janeiro de 2019, que autoriza o parcelamento de débitos oriundos das contribuições previdenciárias patronais devidas e não repassadas pelo Município de Santa Albertina ao IPRESA, das competências junho/2018, julho/2018, agosto/2018, setembro/2018, outubro/2018, novembro/2018 e décimo terceiro salário/2018, em 10 parcelas mensais e consecutivas e também relatar e apresentar as Contas do Exercício de 2013, as quais foram julgadas irregulares e avaliar medidas necessárias para combater o entendimento do Auditor do TCE Antonio Carlos dos Santos.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Silmara Porto Penariol e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Aparecido Zara e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Poliseli, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início, relatou-se que na EUROPA, conforme a última estimativa da agência Eurostat, o PIB da zona do euro no quarto trimestre de 2018, cresceu 0,2% frente ao trimestre anterior e 1,1% na base anual. No trimestre anterior o crescimento havia sido de 0,2% e de 1,6% na base anual. As exportações, os investimentos e o consumo ajudaram nesse resultado. A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 7,9% em dezembro, caiu para 7,8% em janeiro, a menor taxa desde outubro de 2008. Quanto à inflação do consumidor, depois de ter registrado um avanço anual de 1,4% em janeiro, teve alta de 1,5% em fevereiro de 2019, a primeira aceleração da taxa desde outubro. EUA Já a economia dos EUA, conforme a estimativa final cresceu a taxa anualizada de 2,6% no último trimestre de 2018, acima da expectativa dos economistas. No ano o crescimento do PIB foi de 3,1%, com o gasto dos consumidores, que representa dois terços da economia avançando 2,8%. A criação de vagas de trabalho não agrícola em fevereiro de 2019 foi de 20 mil novos postos, quando a expectativa era de 185 mil. A taxa de desemprego,

que era de 4% em janeiro, recuou para 3,8%. Na ata da sua reunião no final de janeiro, o FED citou várias incertezas, que representam riscos para o crescimento econômico, para justificar a pausa no aumento dos juros. ÁSIA Na China, o governo reduziu a meta de crescimento do PIB em 2019 de 6,5%, para algo entre 6% e 6,5%. Reiterou que o governo cortará impostos e aumentará os empréstimos para sustentar a economia. No Japão, o PIB do quarto trimestre de 2018 foi revisado para cima e apontou um crescimento de 1,4% anualizado no trimestre, em relação ao anterior. No ano o avanço do PIB foi de 0,3%.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 2,63% a.a. no final de janeiro, terminaram fevereiro com rendimento de 2,73% a.a. Já os títulos emitidos pelo governo britânico rendiam 1,29% a.a., enquanto os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de fevereiro com rendimento de 0,18%. Paralelamente, no mês, o dólar se valorizou 0,67% perante o euro e 1,87% e perante o yen. Já as bolsas internacionais tiveram em fevereiro outro mês de altas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) subiu 3,07% no mês e a inglesa (FTSE 100) 1,52%, a do Japão (Nikkei 225) avançou 2,94% e a americana (S&P 500) ,%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês 6,73%.

NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA Conforme o IBGE, o PIB brasileiro cresceu 1,1% em 2018 e está no mesmo nível de atividade em que estava no primeiro semestre de 2012. O setor agropecuário evoluiu 0,1%, o industrial 0,6% e o de serviços 1,3% em relação a 2017. A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 11,6% no trimestre encerrado em dezembro, subiu para 12% no trimestre encerrado em janeiro, com a dispensa de temporários contratados para o natal. Cerca de 12,7 milhões de pessoas estavam sem trabalho.

SETOR PÚBLICO Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 46,9 bilhões em janeiro, resultado semelhante a janeiro do ano anterior. De qualquer forma, foi o segundo melhor resultado da série histórica para um mês de janeiro. As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 371,7 bilhões (5,38% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 480,0 bilhões (6,95% do PIB) no mesmo período. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em novembro R\$ 5,32 trilhões (76,7% do PIB).

INFLAÇÃO O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter registrado alta de 0,32% em janeiro, subiu 0,43% em fevereiro. No ano acumulou variação de 0,75% e em doze meses de 3,89%, abaixo da meta do Banco Central. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,54 em fevereiro, após ter subido 0,36% em janeiro. No ano acumulou altas 0,90% e de 3,94% em doze meses.

JUROS Conforme a ata da reunião no início de janeiro, o Copom reafirmou que diversas medidas de inflação subjacentes se encontram em níveis apropriados ou confortáveis, mas riscos existem de forma a manter a postura cautelosa.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de fevereiro cotada em R\$ 3,7385, com uma valorização de 2,37% no mês.

RENDA VARIÁVEL Para o Ibovespa, o mês de janeiro foi ruim, com queda de 1,86%, acumulando, em doze meses, alta de 11,95%. O índice encerrou o mês e o ano em

95.584 pontos. PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL Enquanto a economia da zona do euro tem apresentado indicadores de desaceleração do crescimento econômico, a economia americana ainda tem se mostrado mais robusta. Os olhos do mercado estarão no curto prazo voltados para as conversações entre EUA e China no que diz respeito às suas diferenças comerciais e para a zona do euro, onde a atividade fraqueja. MERCADO NACIONAL No Brasil as atenções estarão totalmente voltadas para o rito de aprovação da reforma da Previdência, bem como para como deverá evoluir a atividade econômica e o emprego. Importante destacar também que o mercado estará atento ao Banco Central, agora sob nova direção. Em relação às aplicações do RPPS o aconselhamento é o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos ainda uma exposição de 30% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação agora sugerida é de 15%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo). Quanto à renda variável, continuamos a recomendação de uma exposição máxima de 30%, também por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais suprem a meta atuarial. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de fevereiro/2019** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em fevereiro de 2019, onde se verificou que a carteira de investimentos está devidamente enquadrada, nos termos da Resolução nº 3.922/2010, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, alterada pela Resolução 4.604, de 19 de outubro de 2017.** Foi observado que no mês de fevereiro, os esforços com a diversificação da carteira e metodologia de mitigação de riscos não favoreceram os rendimentos, sendo que a meta atuarial não foi atingida, considerando o cenário econômico. **Sendo o Relatório avaliado foi aprovado. Seguindo foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência fevereiro/2019 (cujo vencimento se dará em 13 de março de 2019), descontadas as despesas administrativas.** Considerando que estamos acompanhando a carteira de investimentos, ficou decidido por unanimidade aplicar os valores decorrentes do acima descrito no fundo **SANTANDER IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA**, tendo-se em vista o comportamento do

mercado financeiro e considerando também que as despesas administrativas do Instituto são pagas com o resgate dos valores desse fundo, portanto necessário alocar valores no mesmo, o qual conforme sinaliza com boa rentabilidade entre as instituições credenciadas. Em seguida foi novamente relatado sobre a **aprovação da Lei nº 1.112, de 21 de janeiro de 2019, que autoriza o parcelamento de débitos oriundos das contribuições previdenciárias patronais devidas e não repassadas pelo Município de Santa Albertina ao IPRESA, das competências junho/2018, julho/2018, agosto/2018, setembro/2018, outubro/2018, novembro/2018 e décimo terceiro salário/2018, em 10 parcelas mensais e consecutivas, cujos dados estão inseridos no CADPREV para fins de Consolidação do Termo de Parcelamento. Finalmente foi relatado o julgamento irregular das Contas do Exercício de 2013, cujo teor trata da rentabilidade negativa obtida no decorrer do ano de 2013 em função do movimento financeiro daquele ano. A referida Conta Anual foi apreciada pelo Auditor do TCE Antonio Carlos dos Santos, onde discorre em discordância com o entendimento de outros colegas auditores que entenderam que a rentabilidade negativa daquele ano deu-se por conta do mercado financeiro e não por incipiência dos gestores dos recursos do IPRESA.** Nesse sentido, havendo necessidade de apresentar as alegações que se fazem urgente, face a evidente injustiça levantada contra esse RPPS, foi unânime a concordância dos conselheiros em solicitar parecer técnico de empresa diferente da que nos atende, de forma a confirmar os atos positivos realizados pelo gestores do IPRESA naquele ano de 2013. Desse modo foi autorizado a solicitação de defesa dessas contas à Empresa LDB para apresentação da mesma ao TCE, juntamente com os já existentes da Crédito e Mercado que realiza serviços de Assessoria mensalmente ao Instituto de Previdência. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que a próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 04 de abril de 2019, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 01 de março de 2019.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Polisel: _____

Osmar Games Martins: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Carlos César de Oliveira: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____

Isvaldir Lopes Veigas: _____

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Aparecido Zara: _____

Célia Maria Bassi: _____